

Vicente Kleber de Melo Oliveira

ARTIGO 5º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

**Análise Circunstanciada
Inciso por Inciso**

**Do Inciso I ao Inciso LXXVIII,
Parágrafos: 1º, 2º, 3º e 4º**

Curitiba
Juruá Editora
2022

Visite nossos sites na Internet

www.jurua.com.br e

www.editorialjurua.com

e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-9990-7



Brasil – R. Flávio Dallegrave, 7.665 – São Lourenço – Fone: (41) 4009-3900
CEP: 82.210-310 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: Luiz Augusto de Oliveira Junior

Oliveira, Vicente Kleber de Melo.

O48 Artigo 5º da Constituição Federal de 1988: análise
circunstanciada inciso por inciso / Vicente Kleber de
Melo Oliveira - Curitiba: Juruá, 2022.
480p.: il.; 21cm

1. Direito constitucional. 2. Direitos fundamentais.
I. Título.

CDD 340.1 (22.ed)

CDU 340

00051

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)

Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

SUMÁRIO

ABREVIATURAS E SIGLAS.....	29
1 RELEVÂNCIA DO ART. 5º DA CF/1988.....	33
1.1 REFLEXÕES SOBRE O <i>CAPUT</i> DO ART. 5º, DA CF/1988	33
1.1.1 Os 5 (Cinco) Bens/valores Tutelados pelo <i>Caput</i> do Art. 5º da CF/1988	35
1.1.1.1 A vida.....	35
1.1.1.2 A liberdade.....	36
1.1.1.3 A igualdade	38
1.1.1.4 A segurança.....	39
1.1.1.5 A propriedade.....	40
1.1.2 Princípio da Igualdade ou Isonomia	42
1.1.2.1 Princípio da igualdade ou isonomia tributária	42
1.1.2.2 Igualdade perante a lei e igualdade na lei.....	43
1.1.2.3 Sem distinção e sem discriminação de qualquer natureza	44
1.1.3 Estrangeiros não Residentes no País.....	46
1.1.4 Direitos Fundamentais <i>Versus</i> Crise do Novo Coronavírus.....	48
1.1.4.1 Decretação do estado de defesa ou do estado de sítio.....	49
1.1.4.2 Decretação do estado de calamidade pública	50
1.1.4.2.1 Decretação do estado de calamidade pública pela U, E, M.....	51
1.1.4.3 Medidas do governo federal para neutralizar os efeitos da crise.....	54

1.1.4.3.1	Instituição de empréstimos compulsórios pela União	54
1.1.4.3.1.1	O empréstimo compulsório do DL nº 2.288/1986.....	56
1.1.4.3.1.2	Condições para criação de empréstimos compulsórios.....	56
1.1.4.3.2	Moratória: diferimento do pagamento de tributos e contribuições	57
1.1.4.3.3	Competências da U, dos E's, do DF e dos M's.....	57
1.1.4.3.3.1	Competências da U: exclusiva, privativa, comum e concorrente.....	58
1.1.4.3.3.2	Competências dos Estados: remanescentes/residuais....	58
1.1.4.3.3.3	Competências dos Municípios	58
1.1.4.3.3.4	Competências do Distrito Federal.....	59
1.1.4.3.4	Competência comum da U, E, DF, M, relativamente à saúde.....	59
1.1.4.3.4.1	Reflexões sobre o julgamento da ADI nº 6.341/DF pelo STF	60
1.1.4.3.5	Competência concorrente entre a União, os Estados e o DF	61
1.1.4.3.5.1	Competência legislativa concorrente à luz do art. 24, §§ 1º ao 4º, da CF/88	61
1.1.4.3.5.2	Legislar concorrentemente quanto à produção e consumo	63
1.1.4.3.5.3	Legislar concorrentemente quanto à defesa da saúde...	64
1.1.4.3.5.4	Leis de Normas Gerais da União aplicadas a outras matérias	65

1.1.4.3.5.5 Crítica à decisão do STF
sobre a ADI nº 6.341/DF.. 65

1.1.5	Nenhum Direito Fundamental é Absoluto.....	66
-------	--	----

2 ANÁLISE CIRCUNSTANCIADA DO ART. 5º DA CF/198871

2.1	ART. 5º, I – IGUALDADE ENTRE HOMENS E MULHERES	71
2.1.1	Direito de Voto.....	71
2.1.2	Declaração IRPF (Cabeça do Casal)	72
2.1.3	Aposentadoria.....	72
2.1.4	Salários	72
2.2	ART. 5º, II – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE	73
2.2.1	Princípio Geral da Legalidade (Art. 5º, II)	73
2.2.2	Princípio da Legalidade Penal (Art. 5º, XXXIX).....	74
2.2.3	Princípio da Legalidade Tributária (Art. 150, I).....	75
2.2.4	Princípio da Legalidade Objetiva (Art. 37, <i>Caput</i>)	75
2.3	ART. 5º, III – ABOLIÇÃO DA TORTURA.....	77
2.4	ART. 5º, IV – LIVRE MANIFESTAÇÃO DO PENSAMENTO	78
2.5	ART. 5º, V – DIREITO DE RESPOSTA PROPORCIONAL AO AGRADO.....	80
2.6	ART. 5º, VI – LIBERDADE RELIGIOSA.....	81
2.7	ART. 5º, VII – ASSISTÊNCIA RELIGIOSA A ENTIDADES CIVIS E MILITARES.....	84
2.8	ART. 5º, VIII – LIBERDADE DE CRENÇA.....	85
2.9	ART. 5º, IX – LIBERDADE DE EXPRESSÃO, INTELECTUAL, ARTÍSTICA CIENTÍFICA E DE COMUNICAÇÃO	86
2.9.1	Como os Jornais Driblavam a Censura	88
2.9.1.1	Meningite	88
2.9.1.2	Economia (inflação): a sucessão na Baldônia	89
2.10	ART. 5º, X – DIREITO À INTIMIDADE, À VIDA PRIVADA, À HONRA E À IMAGEM DAS PESSOAS.....	90
2.10.1	A Intimidade e a Vida Privada das Pessoas.....	90
2.10.2	Sigilos Bancário e Fiscal <i>Versus</i> a Teoria dos Círculos Concêntricos.....	93
2.10.2.1	Reflexão sobre a classificação dos quatro círculos	95
2.10.3	A Quebra do Sigilo Bancário pelas Administrações Tributárias	97

2.10.3.1	Informações dos bancos para Fisco – LC nº 105/2001, art. 5º	99
2.10.3.2	Crítérios para o Fisco efetuar o lançamento tributário – LC nº 105/2001, art. 6º	101
2.10.4	Como o STF Vê a Quebra do Sigilo Bancário	103
2.10.5	Quebra do Sigilo Bancário pelas Administrações Tributárias Estaduais e Municipais.....	105
2.10.6	Quebra do Sigilo Bancário pelas CPIs.....	106
2.11	ART. 5º, XI – INVIOABILIDADE DO DOMICÍLIO	107
2.11.1	Crime de Violação do Domicílio	110
2.11.2	Buscas Domiciliares e Prisões	110
2.11.3	Inviolabilidade do Domicílio <i>Versus</i> MBAC	112
2.11.3.1	Nenhum direito fundamental é absoluto.....	113
2.11.3.2	Fundamentos (CF/1988, art. 5º, XI <i>versus</i> art. 144)....	113
2.11.3.3	O dever do Estado de prestar segurança pública à sociedade	114
2.11.3.4	Na execução da lei, a Administração Pública age de ofício	116
2.11.3.5	Direito privado <i>versus</i> direito público	117
2.11.4	Conclusão	118
2.12	ART. 5º, XII – INVIOABILIDADE DA CORRESPONDÊNCIA, DAS COMUNICAÇÕES TELEGRÁFICAS, DE DADOS E DAS COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS	118
2.12.1	Inviolabilidade da Correspondência e das Comunicações Telegráficas	119
2.12.1.1	Responsabilização pela violação da correspondência.....	120
2.12.2	Sigilo da Comunicação de Dados	121
2.12.3	Relativização do Sigilo das Comunicações Telefônicas	123
2.13	ART. 5º, XIII – LIBERDADE DE ESCOLHA PROFISSIONAL	124
2.14	ART. 5º, XIV – LIBERDADE DE INFORMAÇÃO E SIGILO DA FONTE.....	126
2.14.1	Jornalista – Sigilo da Fonte (Crime)	127
2.15	ART. 5º, XV – LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO NO TERRITÓRIO NACIONAL	128
2.16	ART. 5º, XVI – LIBERDADE DE REUNIÃO	130

2.17	ART. 5º, XVII – LIBERDADE DE ASSOCIAÇÃO.....	131
2.18	ART. 5º, XVIII – CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES E DE COOPERATIVAS	133
2.19	ART. 5º, XIX – DISSOLUÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES	134
2.20	ART. 5º, XX – ASSOCIAR-SE: ATO VOLUNTÁRIO	136
2.21	ART. 5º, XXI – REPRESENTAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL.....	136
2.22	ART. 5º, XXII – DIREITO DE PROPRIEDADE.....	137
2.23	ART. 5º, XXIII – FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE.....	139
2.24	ART. 5º, XXIV – DESAPROPRIAÇÃO POR NECESSIDADE OU UTILIDADE PÚBLICA.....	140
2.25	ART. 5º, XXV – REQUISIÇÃO PELA AUTORIDADE PÚBLICA DA PROPRIEDADE PARTICULAR	142
2.25.1	Requisição em Tempos de Crise do Novo Coronavírus	143
2.26	ART. 5º, XXVI – IMPENHORABILIDADE DA PEQUENA PROPRIEDADE RURAL	144
2.27	ART. 5º, XXVII – DIREITO AUTORAL	147
2.28	ART. 5º, XXVIII – DIREITO AUTORAL: DESDOBRAMENTOS	150
2.28.1	Art. 5º, XXVIII, “a” – Participação Individual em Obra Coletiva... 151	
2.28.2	Art. 5º, XXVIII, “b” – Fiscalização do Aproveitamento Econômico das Obras	152
2.29	ART. 5º, XXIX – PROPRIEDADE INDUSTRIAL	153
2.30	ART. 5º, XXX – DIREITO DE HERANÇA	156
2.31	ART. 5º, XXXI – SUCESSÃO DE BENS DE ESTRANGEIROS SITUADOS NO BRASIL.....	157
2.32	ART. 5º, XXXII – DEFESA DO CONSUMIDOR.....	158
2.33	ART. 5º, XXXIII – DIREITO DE RECEBER INFORMAÇÕES DO ESTADO	159
2.33.1	Informações Imprescindíveis à Segurança do Estado e da Sociedade.....	161
2.34	ART. 5º, XXXIV – DIREITO DE PETIÇÃO E OBTENÇÃO DE CERTIDÕES.....	163
2.34.1	Direito de Petição aos Poderes Públicos.....	163
2.34.2	Direito de Certidões em Repartições Públicas	165
2.35	ART. 5º, XXXV – PRINCÍPIO DO ACESSO À JUSTIÇA.....	166
2.35.1	Julgamentos na Justiça Desportiva	168

2.35.2	Cobrança da Dívida Ativa da Fazenda Pública	168
2.35.3	Lançamento para Prevenir a Decadência de Tributos Federais .	169
2.36	ART. 5º, XXXVI – DIREITO ADQUIRIDO, ATO JURÍDICO PERFEITO E COISA JULGADA	170
2.36.1	Direito Adquirido (LINDB, art. 6º, § 2º)	170
2.36.2	Ato Jurídico Perfeito (LINDB, Art. 6º, § 1º)	174
2.36.3	Coisa Julgada (LINDB, Art. 6º, § 3º).....	174
2.36.4	Ação Rescisória (CPC/2015, Art. 966).....	175
2.36.5	Revisão Criminal.....	176
2.37	ART. 5º, XXXVII – NÃO HAVERÁ JUÍZO OU TRIBUNAL DE EXCEÇÃO	176
2.38	ART. 5º, XXXVIII – INSTITUIÇÃO DO JÚRI.....	178
2.38.1	A Plenitude de Defesa	179
2.38.2	O Sigilo das Votações	180
2.38.3	A Soberania dos Veredictos	180
2.38.4	A Competência para o Julgamento dos Crimes Dolosos Contra a Vida.....	180
2.38.5	Reflexão Sobre a Composição do Tribunal do Júri.....	180
2.39	ART. 5º, XXXIX – PRINCÍPIO DA LEGALIDADE PENAL	181
2.40	ART. 5º, XL – IRRETROATIVIDADE DA LEI PENAL	183
2.41	ART. 5º, XLI – PROTEÇÃO DOS DIREITOS E LIBERDADES FUNDAMENTAIS.....	186
2.42	ART. 5º, XLII – CRIME DE RACISMO	187
2.43	ART. 5º, XLIII – CRIMES INAFIANÇÁVEIS: TORTURA, TRÁFICO DE ENTORPECENTES, TERRORISMO E CRIMES HEDIONDOS.....	190
2.44	ART. 5º, XLIV – AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS CONTRA A ORDEM CONSTITUCIONAL	193
2.45	ART. 5º, XLV – CARÁTER PESSOAL DA PENA	193
2.46	ART. 5º, XLVI – CARÁTER INDIVIDUAL DA PENA	196
2.46.1	Privação ou Restrição da Liberdade	197
2.46.2	Perda de Bens, Prestação Social Alternativa e Suspensão ou Interdição	197
2.46.3	Multa.....	198
2.47	ART. 5º, XLVII – ABOLIÇÃO DE PENAS CRUÉIS E AFINS..	198

2.47.1	Não Haverá Pena de Morte, Salvo em Caso de Guerra Declarada.....	200
2.47.2	Não Haverá Pena de Caráter Perpétuo	201
2.47.3	Não Haverá Pena de Trabalhos Forçados.....	202
2.47.4	Não Haverá Pena de Banimento	202
2.47.5	Não Haverá Penas Cruéis.....	202
2.48	ART. 5º, XLVIII – CUMPRIMENTO DE PENA EM ESTABELECIMENTOS DISTINTOS.....	203
2.49	ART. 5º, XLIX – RESPEITO À INTEGRIDADE FÍSICA DO PRESO...	205
2.50	ART. 5º, L – DIREITO À AMAMENTAÇÃO.....	206
2.51	ART. 5º, LI – VEDADA A EXTRADIÇÃO DE BRASILEIRO NATO, SALVO O NATURALIZADO	207
2.52	ART. 5º, LII – VEDADA A EXTRADIÇÃO DE ESTRANGEIRO POR CRIME POLÍTICO OU DE OPINIÃO	209
2.53	ART. 5º, LIII – PRINCÍPIO DO JUIZ OU DO JUÍZO NATURAL.....	211
2.53.1	Princípio do Promotor Natural.....	214
2.53.2	Foro por Prerrogativa de Função (Foro Privilegiado).....	214
2.53.3	Foro por Prerrogativa de Função na CF/1988.....	216
2.53.3.1	Julgamento de autoridades por crimes comuns perante o STF	216
2.53.3.2	<i>Impeachment</i> do Presidente da República, do Vice e Ministros de Estado	218
2.53.3.3	<i>Impeachment</i> dos Ministros do Supremo Tribunal Federal e outras autoridades.....	219
2.53.3.4	Julgamento de autoridades por crimes comuns e de responsabilidade perante o STJ	220
2.53.3.5	Julgamento de autoridades por crimes comuns e de responsabilidade perante os TRF's.....	221
2.53.3.6	Julgamento de autoridades por crimes comuns e de responsabilidade perante os Tribunais de Justiça dos Estados.....	221
2.53.3.7	Julgamento de autoridades por crimes comuns e de responsabilidade perante o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará	221
2.53.3.8	<i>Impeachment</i> de governador e secretários de estado.....	222

2.53.3.9	Tratamento dado ao tema pela Constituição do Estado do Ceará.....	223
2.53.3.10	Silente a Constituição estadual aplica-se a Lei nº 1.079/1950.....	224
2.53.3.11	Julgamento de prefeitos.....	225
2.54	ART. 5º, LIV – PRINCÍPIO DO DEVIDO PROCESSO LEGAL.....	225
2.55	ART. 5º, LV – PRINCÍPIO DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA.....	226
2.56	ART. 5º, LVI – PROIBIÇÃO DE PROVAS ILÍCITAS NO PROCESSO	230
2.56.1	Teoria dos Frutos da Árvore Envenenada	230
2.56.2	Proibição de Provas Ilícitas no Processo Administrativo.....	233
2.57	ART. 5º, LVII – PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA.....	234
2.57.1	Como o STF tem Interpretado o Art. 5º, LVII, da CF/1988	236
2.57.1.1	Entendimento do STF no Período I – de 1988 a 2009	236
2.57.1.2	Entendimento do STF no Período II – de 2009 a 2016	236
2.57.1.3	Entendimento do STF no Período III – de 2016 até nov./2019	237
2.57.1.4	Entendimento do STF no Período IV – de nov./2019 em diante	238
2.57.2	IV Período – Julgamento pelo STF das ADCs 43, 44 e 54.....	238
2.57.2.1	Considerações preliminares: sessões plenárias.....	238
2.57.3	Indicação e Nomeação dos Ministros do Supremo Tribunal Federal	239
2.57.3.1	A sabatina, aqui e nos EUA	240
2.57.3.2	A questão ideológica na Suprema Corte (EUA) e no STF (Brasil)	241
2.57.3.3	Como votam os ministros do Supremo Tribunal Federal	245
2.57.4	Sessão Plenária: Voto de Cada Ministro.....	246
2.57.4.1	Fala do presidente do STF (Min. Dias Toffoli).....	247
2.57.4.2	Fala do Relator (Min. Marco Aurélio Mello).....	247
2.57.4.3	Fala dos advogados dos autores das ADCs 43, 44 e 54.....	248

2.57.4.4	Fala do(s) amigo(s) da Corte (<i>amicus curiae/amici curiae</i>)	248
2.57.4.5	Falas do AGU e do PGR.....	249
2.57.5	Quadro Mnemônico Sobre a Mudança de Entendimento do STF	249
2.57.5.1	Para entender o julgamento das ADC's 43, 44 e 54.....	249
2.57.6	Votos dos Ministros nas ADCs 43, 44 e 54.....	251
2.57.6.1	1º VOTO – Min. Marco Aurélio Mello (Relator)....	251
2.57.6.2	2º VOTO – Min. Alexandre de Moraes	252
2.57.6.3	3º VOTO – Min. Luiz Edson Fachin.....	252
2.57.6.4	4º VOTO – Min. Luís Roberto Barroso	253
2.57.6.5	5º VOTO – Min. Rosa Weber	254
2.57.6.6	6º VOTO – Min. Luiz Fux.....	254
2.57.6.7	7º VOTO – Min. Ricardo Lewandowski.....	255
2.57.6.8	8º VOTO – Min. Cármen Lúcia	256
2.57.6.9	9º VOTO – Min. Gilmar Mendes.....	256
2.57.6.10	10º VOTO – Min. Celso de Mello (decano do STF)..	257
2.57.6.11	11º VOTO – Min. Dias Toffoli (presidente do STF) .	258
2.57.7	Resultado do Julgamento	258
2.57.8	Quantos Presos Serão Beneficiados com o Novo Julgado?.....	259
2.57.9	Hipóteses de se Efetuar a Prisão Antes do Trânsito em Julgado.....	259
2.57.9.1	A nova redação do art. 283 do CPP.....	260
2.57.10	Como os Ministros do STF Votaram nos Últimos Dez Anos ...	261
2.57.10.1	Períodos e julgados sobre a prisão em 2ª Instância ..	261
2.57.10.2	Como votaram os ministros sobre a prisão em 2ª Instância.....	262
2.57.11	A Matéria Pode vir a Ser Apreciada Novamente Pelo Congresso Nacional.....	263
2.57.11.1	PEC 410/2018 (CD) e PEC 5/2019 (SF).....	264
2.57.11.2	Dificuldades na aprovação das referidas PECs	265
2.57.12	Outras Medidas Legislativas que Podem ser Adotadas	267
2.57.12.1	Projeto de Lei nº 5.956/2019, do Senado Federal	267
2.57.12.2	PEC dos recursos (SF): altera os arts. 102 e 105 da CF	268

2.57.13	Reflexões Sobre a Interpretação do Art. 5º, LVII, da CF/1988	269
2.58	ART. 5º, LVIII – IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL DO CIVILMENTE IDENTIFICADO	273
2.58.1	Identificação Civil	273
2.58.2	Identificação Criminal	274
2.59	ART. 5º, LIX – AÇÃO PENAL PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA	276
2.60	ART. 5º, LX – PUBLICIDADE DOS ATOS PROCESSUAIS	277
2.61	ART. 5º, LXI – PRISÃO: SITUAÇÕES EM QUE PODE OCORRER	280
2.62	ART. 5º, LXII – INTEGRIDADE FÍSICA E MORAL DO PRESO	283
2.63	ART. 5º, LXIII – DIREITO À NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO	284
2.64	ART. 5º, LXIV – DIREITO À IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELA PRISÃO	285
2.65	ART. 5º, LXV – DIREITO AO RELAXAMENTO DA PRISÃO ILEGAL	286
2.66	ART. 5º, LXVI – DIREITO À LIBERDADE PROVISÓRIA	286
2.67	ART. 5º, LXVII – PRISÃO POR DÍVIDA E DEPOSITÁRIO INFIEL	287
2.67.1	Não Pagamento de Pensão Alimentícia	288
2.67.2	Depositário Infel	289
2.68	ART. 5º, LXVIII – O INSTITUTO DO <i>HABEAS CORPUS</i>	291
2.68.1	<i>Habeas Corpus</i> : Remédio para Todos os Males	297
2.68.2	Tipos de <i>Habeas Corpus</i> : Preventivo e Repressivo	298
2.68.3	Quem Pode Impetrar o <i>Habeas Corpus</i> : Qualquer Pessoa	299
2.68.4	Natureza Jurídica do <i>Habeas Corpus</i> : Ação Penal	300
2.68.5	Competência para Apreçar o <i>Habeas Corpus</i>	301
2.68.5.1	Competência dos juízes federais	301
2.68.5.2	Competência dos Tribunais Regionais Federais	302
2.68.5.3	Competência do STJ em grau de recurso ordinário	302
2.68.5.4	Competência do STF em grau de recurso ordinário	303
2.68.5.5	Competências originárias do STJ e do STF	303
2.68.5.6	<i>Habeas corpus</i> – competências – quadro mnemônico	305
2.69	ART. 5º, LXIX – MANDADO DE SEGURANÇA INDIVIDUAL	305
2.69.1	Origem do Mandado de Segurança	306
2.69.2	Legislação Sobre o Mandado de Segurança	307

2.69.3	Conceito, Natureza Jurídica e Prazo de Impetração.....	308
2.69.4	Direito Líquido e Certo.....	309
2.69.5	Legitimidade Ativa e Passiva no MS Individual.....	311
2.69.6	Procedimentos na Apreciação do Mandado de Segurança.....	312
2.69.6.1	A liminar em mandado de segurança: pressupostos...	313
2.69.6.2	Intervenção do MP e prazo para julgamento do MS	313
2.69.6.3	Casos em que é vedada a concessão de liminar	314
2.69.6.4	Casos em que o mandado de segurança não será concedido	315
2.69.6.5	Liminar em MS como causa de suspensão do crédito tributário.....	318
2.69.6.6	Lançamento do CT sem multa de ofício (prevenir a decadência).....	318
2.69.7	Competência para Julgar o Mandado de Segurança.....	319
2.69.7.1	Competência dos juízes federais.....	319
2.69.7.2	Competência dos Tribunais Regionais Federais	320
2.69.7.3	Competência do STJ em grau de recurso ordinário...	320
2.69.7.4	Competência do STF em grau de recurso ordinário...	321
2.69.7.5	Competências originárias do STJ e do STF	321
2.69.7.6	Mandado de Segurança – competências – quadro mnemônico.....	322
2.70	ART. 5º, LXX – MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO	323
2.70.1	Origem e Legislação do Mandado de Segurança Coletivo.....	323
2.70.2	Pressupostos e Natureza Jurídica do MS Coletivo.....	324
2.70.3	Legitimidade Ativa e Passiva no Mandado de Segurança Coletivo	324
2.70.3.1	Partido político com representação no Congresso Nacional	324
2.70.3.2	Organização sindical e outras entidades de classe ...	325
2.70.3.3	Legitimidade passiva no mandado de segurança coletivo	326
2.70.4	Direitos Protegidos pelo Mandado de Segurança Coletivo	326
2.71	ART. 5º, LXXI – MANDADO DE INJUNÇÃO	327
2.71.1	Considerações Preliminares.....	327

2.71.2	Mandado de Injunção <i>versus</i> ADI por Omissão	328
2.71.3	Reflexão Sobre a Expressão “Falta de Norma Regulamentadora”	329
2.71.4	Nossa Definição do Mandado de Injunção	331
2.71.5	Legitimidade Ativa e Passiva no Mandado de Injunção Individual	332
2.71.6	Efeitos da Decisão no MI: Correntes de Interpretação	333
2.71.6.1	Corrente não concretista	333
2.71.6.2	Corrente concretista	334
2.71.6.2.1	Corrente concretista geral	334
2.71.6.2.2	Corrente concretista individual	335
2.71.7	Direito de Greve do Funcionário Público: MI’s Impetrados	335
2.71.8	Efeitos da Decisão do MI à Luz da Lei nº 13.300/2016	337
2.71.8.1	Efeito entre as partes (<i>inter partes</i>)	337
2.71.8.2	Efeito para todos (<i>erga omnes</i>)	338
2.71.8.3	Extensão dos efeitos da decisão em MI a casos análogos	339
2.71.9	Competências para Julgar o Mandado de Injunção	339
2.71.9.1	Competências originárias do STJ e do STF	340
2.71.9.2	Competências MI – quadro mnemônico	341
2.71.9.3	Apreciação do MI em nível federal	341
2.71.9.4	Apreciação do MI em nível estadual	343
2.71.10	Mandado de Injunção Coletivo	344
2.71.10.1	Origem e legislação do mandado de injunção coletivo	344
2.71.10.2	Pressupostos e natureza jurídica do MI coletivo	344
2.71.10.3	Legitimidade ativa e passiva no MI coletivo	344
2.71.10.4	Direitos abrangidos no MI coletivo	345
2.71.10.5	Efeitos da decisão proferida em MI coletivo	346
2.72	ART. 5º, LXXII – <i>HABEAS DATA</i>	346
2.72.1	Origem e Legislação Sobre o <i>Habeas Data</i>	347
2.72.2	Objeto e Natureza Jurídica do <i>Habeas Data</i>	347
2.72.3	Entidades ou Órgãos Governamentais ou de Caráter Público ...	348
2.72.4	Legitimidade Ativa e Passiva no <i>Habeas Data</i>	348

2.72.5	Pressupostos para Impetrar o <i>Habeas Data</i>	349
2.72.6	Competência para Julgar o <i>Habeas Data</i>	350
2.72.6.1	Competência dos juízes federais e juízes estaduais	350
2.72.6.2	Competência dos TRF's e dos TJ estaduais.....	351
2.72.6.3	Competência do STJ em grau de recurso ordinário....	352
2.72.6.4	Competência do STF em grau de recurso ordinário...	353
2.72.6.5	Competências originárias do STJ e do STF	353
2.72.6.6	Competências <i>habeas data</i> – quadro mnemônico ...	355
2.73	ART. 5º, LXXIII – AÇÃO POPULAR	356
2.73.1	Objeto da Ação Popular	356
2.73.2	Legitimidade Ativa e Passiva na Ação Popular	356
2.73.3	Conceito de Patrimônio Público para Ajuizar a Ação Popular	358
2.73.4	Prova da Cidadania	358
2.73.5	Competência para Julgar a Ação Popular.....	359
2.73.6	Nulidade dos Atos Lesivos ao Patrimônio Público.....	360
2.73.7	Participação do Ministério Público na Ação Popular.....	360
2.73.8	Efeitos da Sentença na Ação Popular	361
2.74	ART. 5º, LXXIV – ASSISTÊNCIA JURÍDICA GRATUITA	362
2.74.1	Dever do Estado em Prestar Assistência Jurídica aos Necessitados	362
2.74.2	Quem tem Direito à Assistência Judiciária.....	363
2.74.3	Áreas do Direito Abrangidas pela Prestação Jurídica	363
2.74.4	O Papel da Defensoria Pública	364
2.74.5	Regras do CPC/2015 Aplicáveis à Defensoria Pública.....	365
2.75	ART. 5º, LXXV – INDENIZAÇÃO POR ERRO JUDICIÁRIO.....	366
2.75.1	Caracterização do Erro Judiciário	366
2.75.2	Indenização por Erro Judiciário	366
2.75.3	Indenização por Prisão Além do Tempo Fixado na Sentença ...	367
2.76	ART. 5º, LXXVI – GRATUIDADE DAS CERTIDÕES DE NASCIMENTO E DE ÓBITO.....	369
2.76.1	Relevância da Gratuidade desses Serviços.....	369
2.76.1.1	Gratuidade do registro civil de nascimento	370
2.76.1.2	Gratuidade da certidão de óbito	370

2.77	ART. 5º, LXXVII – GRATUIDADE DO <i>HABEAS CORPUS</i> E <i>HABEAS DATA</i>	371
2.78	ART. 5º, LXXVIII – CELERIDADE PROCESSUAL	372
2.78.1	Celeridade Processual nas Constituições Anteriores	372
2.78.2	Celeridade Processual no Âmbito do Poder Executivo	373
2.78.2.1	Lei nº 9.784/99 – regula o processo administrativo no âmbito federal	375
2.78.3	Celeridade Processual no Âmbito do Poder Judiciário	376
2.78.4	Celeridade Processual no Âmbito do Poder Legislativo	380
2.78.5	Celeridade Processual <i>Versus</i> Desenvolvimento Econômico	381
2.79	ART. 5º, § 1º: APLICAÇÃO IMEDIATA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	384
2.79.1	Efetividade do Art. 5º, § 1º <i>Versus</i> Trabalho da Constituinte	384
2.79.2	Aplicação Imediata dos Direitos Fundamentais à Luz do Art. 5º, § 1º	385
2.79.3	Art. 5º, § 1º <i>versus</i> Mandado de Injunção	386
2.80	ART. 5º, § 2º: OUTROS DIREITOS E GARANTIAS ADMITIDOS	386
2.81	ART. 5º, § 3º: TRATADOS SOBRE DIREITOS HUMANOS EQUIVALEM À EC	387
2.82	ART. 5º, § 4º: O BRASIL SOB A JURISDIÇÃO DO TPI	388
2.82.1	Antecedentes e Criação do Tribunal Penal Internacional	388
2.82.2	O Brasil Sob a Jurisdição do TPI	389
3	QUESTÕES PARA FIXAÇÃO DA MATÉRIA	391
3.1	QUESTÕES OBJETIVAS	391
3.1.1	Gabarito das questões objetivas	409
3.2	QUESTÕES ASSINALADAS COM “C” PARA CORRETAS OU “E” PARA ERRADAS	431
3.2.1	Gabarito/fundamentação das questões “C” ou “E”	436
	REFERÊNCIAS	451
	ÍNDICE REMISSIVO	455